

SETEMBRO 2024

e·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

***Gonçalo
Saraiva Matias***

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO FRANCISCO
MANUEL DOS SANTOS

85
ANOS


apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

33

Índice

EDITORIAL	03
-----------	----

À CONVERSA COM...	04
-------------------	----

Gonçalo Saraiva Matias, Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos

DESTAQUE	10
----------	----

NOTÍCIAS	11
----------	----

PROGRAMA abem:	22
----------------	----

LEGISLAÇÃO	23
------------	----

PHARMA EM NÚMEROS	24
-------------------	----

Assegurar a inovação

Num momento em que Bruxelas está a rever a legislação farmacêutica europeia, em que entrou recentemente em vigor um novo Regulamento Europeu para a Avaliação de Tecnologias da Saúde (ATS), com aplicação efectiva a partir de Janeiro de 2025, em que Portugal está a reavaliar o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias da Saúde (SiNATS), a APIFARMA sentiu a necessidade de promover um estudo sobre o investimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em medicamentos. Este estudo ganha relevância numa altura em que se aproxima a discussão de um novo protocolo entre a Indústria Farmacêutica (IF) e o Estado, com a expectativa de que este acordo seja plurianual e que assegure um objectivo tripartido: garantir o acesso das tecnologias de saúde às pessoas com doença, assegurar a sustentabilidade do SNS e garantir a viabilidade das empresas da IF. O estudo "Análise do investimento do SNS com medicamentos 2018-2026 | Modelos de Financiamento para o Futuro", apresentado publicamente no dia 25 de Setembro, revela dados inquietantes sobre a realidade actual e traz sérios alertas para o futuro. Entre 2018 e 2022 as devoluções da Indústria Farmacêutica ao Estado aumentaram de 11% para 18%. Por outro lado, os valores reportados pelo INFARMED sobre o investimento do Estado em medicamentos não têm considerado na totalidade a componente das devoluções. Baseando-se neste histórico, estima-se que o peso das devoluções das vendas realizadas pela Indústria Farmacêutica possa chegar, em 2026, aos 30% do mercado SNS hospitalar. A conclusão é clara: é insustentável para a Indústria Farmacêutica continuar a suportar este volume de devoluções, pelo que é imprescindível a revisão do modelo de financiamento de medicamentos. Além disso, a inversão da pirâmide demográfica em Portugal e os atrasos continuados no acesso a medicamentos inovadores, especialmente no caso de tratamentos oncológicos, são factores adicionais que reforçam a necessidade de revisão do actual modelo de financiamento.

Nos anos 90, Portugal tomou uma decisão pioneira ao implementar a avaliação fármaco-económica dos medicamentos. Em 2024, é fundamental manter este espírito inovador e evoluir o sistema para novos desafios. Vivemos um novo paradigma, marcado por medicamentos biotecnológicos, terapias avançadas e abordagens personalizadas. A medicina personalizada, que utiliza biomarcadores e perfis genéticos, permite tratamentos mais eficazes, porém reduz as economias de escala. Há também terapias de aplicação única com efeitos que podem perdurar por décadas. Assim, é essencial que os mecanismos de avaliação estejam alinhados com o desempenho real dos medicamentos ao longo do tempo e durante a sua aplicação na vida dos pacientes.

Com este estudo, a APIFARMA dá o seu contributo para esta evolução, que se afigura absolutamente necessária para garantir o acesso à inovação. Nada fazer apenas prejudicará o futuro dos cuidados de saúde em Portugal. Ao longo dos seus 85 anos de existência, a Indústria Farmacêutica tem reiterado o seu compromisso de encontrar soluções e de colaborar com tutela e com as entidades reguladoras. Mais uma vez, a disponibilidade é total para trabalhar e encontrar um entendimento comum. Só assim será possível garantir que os portugueses tenham acesso à inovação terapêutica de que cada vez mais necessitam.



António Donato

Vice-Presidente da APIFARMA



“O défice demográfico é muito grave, muito persistente e muito difícil de combater”

à conversa com...

Gonçalo Saraiva Matias

Gonçalo Saraiva Matias, Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, recorda que se “enfrentámos défices das contas públicas e conseguimos ultrapassá-los”, o défice demográfico “é muito mais grave, muito mais persistente e muito mais difícil de combater”. Nem o recente aumento da população nacional é suficiente para aliviar a tendência decrescente, considera, defendendo a necessidade de promover a natalidade e a imigração. A importância de Portugal “investir na investigação científica, médica, em geral”, é outra necessidade apontada na entrevista.

COMO É QUE OS NÚMEROS NOS AJUDAM A PENSAR O PAÍS E A POPULAÇÃO QUE SOMOS E TEMOS?

Os números são fundamentais. É verdade que as pessoas não são números, mas para percebermos a sociedade em que vivemos temos de conhecer os números. A PORDATA foi criada há quase 15 anos exactamente com esse objectivo: ser uma base de dados estatística com dados recolhidos pelas entidades oficiais, mas apresentados de uma forma agradável e que todas as pessoas podem consultar para que possamos conhecer a realidade do nosso país. Hoje é, talvez, ainda mais necessário, quer o trabalho da Fundação Francisco Manuel dos Santos, quer o trabalho da PORDATA, porque vivemos uma época de alguma – para não dizer muita – desinformação, de notícias falsas, de

pressupostos que estão errados. E muitas discussões chegam a resultados errados porque partem de pressupostos errados. É, portanto, fundamental conhecer a realidade, que muitas vezes está nos números. Conhecendo a realidade, e partindo de pressupostos rigorosos, depois as discussões podem ser muito mais informadas. Não há qualquer objectivo em condicionar as discussões, elas devem ser livres numa sociedade livre e pluralista como é a nossa.

EM ALGUNS CASOS ATÉ PODE COLOCAR UM PONTO FINAL NA DISCUSSÃO.

Muitas vezes essa é que é a questão, haver discussões inúteis porque partem de pressupostos errados. A discussão é muito importante, nós queremos muito promovê-la, mas a discussão útil e fértil e não a discussão inútil que parte de pressupostos errados.

A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO SÃO O GRANDE DESAFIO DE PORTUGAL PARA OS PRÓXIMOS ANOS OU DÉCADAS?

O desafio demográfico, ou o défice demográfico, é o grande desafio do país. Enfrentámos défices das contas públicas e conseguimos ultrapassá-los, com maior ou menor dificuldade. O défice demográfico é muito mais grave, muito mais persistente e muito mais difícil de combater. E estamos a enfrentar um défice demográfico. É verdade que os últimos números são positivos, e que a PORDATA recentemente apresentou um retrato da população portuguesa que mostrava que Portugal, hoje, tem a população mais elevada de sempre: 10,6 milhões de pessoas. Isso não nos deve descansar, já que a nossa projecção é que a população vá encolher, apesar deste ligeiro crescimento que se deve exclusivamente à emigração, porque os saldos naturais têm sido negativos desde 2010. Só a emigração tem permitido equilibrar o saldo total e, apesar de tudo, crescermos ligeiramente. Portugal é hoje o segundo país mais envelhecido da Europa, o quarto país mais envelhecido do mundo, é um país que tem índices de envelhecimento altíssimos. Isso leva a que, apesar do aumento da esperança média de vida, em cerca de sete anos, vá encolher a população porque as pessoas, apesar de viverem mais, não vivem

para sempre e acabam, infelizmente, por falecer. As nossas projecções apontam para um decréscimo significativo da população nos próximos anos, mesmo com um cenário de migrações, como temos.

24% DA POPULAÇÃO NACIONAL TEM MAIS DE 65 ANOS. AS PROJEÇÕES SUGEREM QUE ATÉ 2080 VAMOS PASSAR PARA UM RÁCIO DE 300 IDOSOS POR CADA 100 JOVENS. EXISTE A PERCEPÇÃO DO QUE SIGNIFICAM ESTES DADOS?

Infelizmente não existe uma discussão séria sobre este assunto em Portugal, as pessoas não têm consciência da dimensão do problema. Temos 24% da população com mais de 65 anos e temos 13% da população com menos de 15, portanto a pirâmide demográfica está totalmente invertida. E depois há outro facto que também é importante: para além de termos poucos jovens a nascer em Portugal, muitos saem e, portanto, há uma pirâmide crescentemente invertida. A única forma de inverter ou de mitigar esta situação é através da imigração. Para mais, a imigração tem efeitos positivos, pois por um lado ocorre em idade activa – em princípio pessoas jovens entre os 25 e os 35 anos – e por outro lado os imigrantes têm em média mais filhos que os portugueses, dando um contributo positivo para a natalidade. No entanto, face ao actual cenário em Portugal e com os números que temos, mesmo de imigração, tal não é suficiente para equilibrar esta pirâmide demográfica.

“Temos 24% da população com mais de 65 anos e temos 13% da população com menos de 15, portanto a pirâmide demográfica está totalmente invertida”



O QUE COLOCA IMENSOS DESAFIOS, NOMEADAMENTE NA SUSTENTABILIDADE DO ESTADO SOCIAL. É EXPECTÁVEL QUE A IDADE DA REFORMA VÁ CONTINUAR A AUMENTAR?

A Fundação fez um grande estudo há cerca de quatro anos sobre a Segurança Social que já apontava para uma insustentabilidade. As projecções demográficas mostram-nos bem, apontam para que nos próximos 20 anos possamos ter 1,5 activos por inactivo, o que significa praticamente uma pessoa a descontar para uma pessoa a receber. Ora nós temos um sistema de segurança social que é redistributivo, não é um sistema de capitalização. O que é que isto quer dizer? Que quem está a trabalhar desconta para quem não está a trabalhar. Muitas vezes as pessoas quando ouvem estas coisas até ficam um pouco ofendidas e dizem “mas eu descontei uma vida inteira”, é verdade que sim, mas o sistema não foi calculado para a pessoa estar a descontar para uma conta de onde vai receber no futuro – o que seria o tal sistema de capitalização, mas o nosso sistema foi montado na lógica redistributiva. Neste momento estamos à volta de 2,6 activos por inactivo, quando chegarmos a 1,5 ou mesmo a 1 é insustentável. O salário médio em Portugal anda à volta dos 1.600€, como é que alguém com um salário médio de 1.600 € consegue suportar a sua família mais aqueles que estão a depender da reforma paga pela Segurança Social? O nosso estudo mostrava que provavelmente vamos entrar em défice na Segurança

Social já a partir de 2027, que é “depois de amanhã”, e que o sistema provavelmente entrará em colapso cerca de 2050. Há a questão do aumento da idade da reforma, mas já temos um sistema indexado à esperança de vida. Em França isto não existe, a grande discussão em França é se a idade da reforma aumenta para os 62 anos, o que nos dá a noção de que o problema não é só português. Agora é mais grave em Portugal, porque é um país mais envelhecido, com menos recursos e mais pobre.

SENDO MAIS ENVELHECIDO, A POPULAÇÃO NECESSITA DE MAIORES CUIDADOS DE SAÚDE. O FUTURO PASSA PELA TRANSFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE?

Quando eu notava que a questão demográfica é uma das mais importantes do país, ela é em si mesma, mas depois também em tudo o que está à volta. Vai haver uma transformação radical da economia portuguesa, que, aliás, já está a acontecer. Quando temos mais de 24% da população com mais de 65 anos, significa que há uma deslocação do tipo de consumidores e do tipo de necessidades que esses consumidores têm, no tipo de produtos que consomem. Com o aumento da esperança de vida e o aumento desta população, é evidente que os cuidados de saúde são centrais. Temos de mudar a nossa economia – e cuidados de saúde não são necessariamente do Serviço Nacional de Saúde (SNS), porque a resposta a muita da assistência que

estas pessoas precisam não é encontrada no SNS, nem pode ser. Há toda uma economia à volta desta realidade, que podemos chamar de geriatria ou de cuidados de pessoas mais velhas, que vai ser necessário recompor para dar apoio a esta população: residências assistidas, hospitalização domiciliária, novos produtos, novos sistemas de apoio. E voltamos ao problema que há pouco abordámos, estes serviços têm de ser prestados por pessoas. Pode haver algum apoio da tecnologia, mas dificilmente a inteligência artificial consegue dar o apoio físico de que alguém fisicamente dependente precisa. É um sector que vai precisar muito de pessoas, já estamos a sentir essa necessidade. Aqui, mais uma vez quem está a dar resposta são os imigrantes, encontramos muita imigração na prestação destes cuidados que, no fundo, são cuidados de saúde e cuidados continuados de saúde.

OS PORTUGUESES VIVEM MAIS TEMPO, MAS ESTAMOS ABAIXO DA MÉDIA EUROPEIA EM ANOS DE VIDA SAUDÁVEL APÓS OS 65 ANOS. TEMOS DE APOSTAR NA EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E PREVENÇÃO?

Sim, sem dúvida, e esse dado é muito importante. Sempre que a PORDATA faz o retrato da população, Portugal está entre os países com maior esperança de vida. Portanto, o problema não está na esperança de vida, estamos no topo dos países com maior esperança de vida, mas há um largo período dessa vida que não é vida saudável, que não é vida confortável. Na comparação, isso nota-se muito, Portugal tem uma esperança de vida saudável muito inferior a outros países europeus. Ora isto leva a duas coisas. Por um lado, a uma preparação que é necessário fazer ao longo da vida para essa maior esperança de vida, o que passa, obviamente, por educação, por hábitos saudáveis, por alimentação, por ganharmos consciência de que vamos viver mais tempo e que temos que preparar esses anos não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista da nossa saúde. E em segundo lugar, e penso que aí também estamos a falhar, é preciso garantir que quando as pessoas alcançam uma idade superior aos 65 anos têm condições para ter uma vida saudável, têm condições para comprar os medicamentos, têm condições para ter assistências nas suas residências ou para ir para residências assistidas. Que têm condições para viver uma vida digna e saudável nesse período.

“O investimento total no ensino superior e na investigação em Portugal é igual ou inferior ao do Imperial College, em Londres”

É UM PERÍODO EM QUE ESTAMOS MAIS SUSCETÍVEIS À DOENÇA. PORTUGAL NÃO TEM UM HISTORIAL MUITO FORTE DE INVESTIMENTO NA CIÊNCIA E INOVAÇÃO, VAI SER MAIS DIFÍCIL SERMOS COMPETITIVOS DAQUI PARA A FRENTE?

Temos que investir na investigação científica, médica, em geral. Dando um exemplo, a Fundação lançou há cerca de dois anos um grande estudo sobre a economia portuguesa: “Do made in ao created in: um novo paradigma para a economia portuguesa”. Nesse estudo mostrava-se que o investimento total no ensino superior e na investigação em Portugal é igual ou inferior ao do Imperial College, em Londres, o que revela que há uma distância e uma necessidade enorme de investir na investigação. Hoje estamos num contexto mais alargado no contexto da União Europeia, pode ser em parcerias, pode ser aproveitando fundos europeus que estão disponíveis para investigação, mas há, de facto, um potencial grande em Portugal. Veja-se o potencial do mar, por exemplo. Portugal tem uma zona marítima enorme e há crescentemente descobertas científicas no mar de produtos que podem ser utilizados na saúde e no bem estar, não só medicamentos, mas como outros produtos para o bem estar físico das pessoas. Temos de apostar decisivamente nessa investigação.

O QUE SE PODE ESPERAR, NO FUTURO DAS EMPRESAS, AO NÍVEL DOS RECURSOS HUMANOS? POR EXEMPLO, O JAPÃO INVESTIU EM ROBÔS CUIDADORES.

A automação, a utilização da inteligência artificial, é incontornável, mas há áreas onde o ser humano nunca vai ser dispensado e esta é uma delas. A Fundação ainda esta semana lançou um estudo sobre o idadismo, justamente relacionado com esta evolução demográfica, que revelou, tendo em conta o aumento da esperança de vida e o aumento da idade da reforma, que nas empresas chegam a trabalhar quatro gerações ao mesmo tempo. Isto traz desafios, porque há discriminação face aos mais jovens, mas também o há em relação aos mais velhos, e as nossas empresas têm que se adaptar para conseguir ter dentro de si estas várias gerações de pessoas. Garantindo que os mais velhos, com a menor resistência física que podem ter, a maior dependência dos medicamentos que podem ter, mas também a enorme experiência que acumularam ao longo dos anos, são uma mais-valia em qualquer local de trabalho.

DESDE 2019 QUE O NÚMERO DE PESSOAS QUE ENTRA NO PAÍS É TRÊS VEZES MAIOR DO QUE O QUE SAI DE PORTUGAL. ESTAMOS A SABER LIDAR BEM COM ESTA REALIDADE?

É uma realidade fundamental. Nós, aliás, precisamos de crescer no número de imigrantes, não de o diminuir, e precisamos de lidar muito melhor com a imigração. Em primeiro lugar, é preciso conhecer este fenómeno e ele esteve desconhecido dos portugueses durante muito tempo – agora finalmente passou para o topo das prioridades e para o topo do debate. Há muitos mitos que existem em relação à imigração e que é necessário desconstruir. Em segundo lugar é preciso ter políticas públicas, que começamos agora a ver nascer nesta área. Não havia verdadeiramente uma política pública de imigração e isso expôs Portugal a enormes riscos, a enormes dificuldades e não soubemos aproveitar todo o potencial que o país tinha. Não acho que seja tarde, vamos a tempo, mas é preciso, agora, investir decisivamente em políticas públicas correctas, porque Portugal depende absolutamente da imigração na próxima década. Isso para mim é muito claro.

COMO É QUE O MERCADO DE TRABALHO SE DEVE ADAPTAR A UMA POPULAÇÃO ACTIVA COMPOSTA POR TANTAS NACIONALIDADES NOVAS?

Uma das questões que é necessário adaptar é justamente a de viver num ambiente cosmopolita – cosmopolita e não multicultural, porque o multiculturalismo teve nos últimos anos uma visão muito negativa na Europa, até Angela Merkel disse a certa altura que este conceito tinha falhado. Prefiro pensar no cosmopolitismo, que é, no fundo, a capacidade das nossas empresas e da nossa sociedade absorverem várias culturas e todas elas conviverem saudavelmente no mesmo espaço. Para as empresas é um desafio, porque não estavam habituadas a conviver com pessoas de várias culturas, com hábitos alimentares, religiosos, sociais, diferentes. E é necessário que essa essa habituação ocorra. Apesar de tudo, 30% dos nossos emigrantes são brasileiros, há uma proximidade cultural e linguística grande, mas começamos a ver crescentemente imigrantes de outras origens e essa diversidade deve não só ser promovida como acolhida e fomentada.



A APIFARMA TEM BOLSAS DE MÉRITO DE APOIO À EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. ESTE TIPO DE APOIOS SÃO UM CONTRIBUTO IMPORTANTE DAS EMPRESAS PARA LIDAR COM OS DESAFIOS DEMOGRÁFICOS?

É fundamental. Falo muito de imigração, mas não podemos esquecer a outra componente demográfica fundamental, que é a natalidade. É preciso apoiar a natalidade, não podemos esquecer essa dimensão, o que passa por apoiar as famílias. Não é por despejar dinheiro sobre as famílias que a natalidade vai disparar, até porque onde vemos dificuldades de natalidade é nos países mais desenvolvidos, não é nos países menos desenvolvidos. As empresas têm aqui uma responsabilidade social importante de apoiar as famílias, garantir que há a possibilidade de partilhar licenças parentais. Ou como o exemplo da APIFARMA, apoiando bolsas de estudo e de educação, garantindo que as crianças e os jovens têm capacidade para

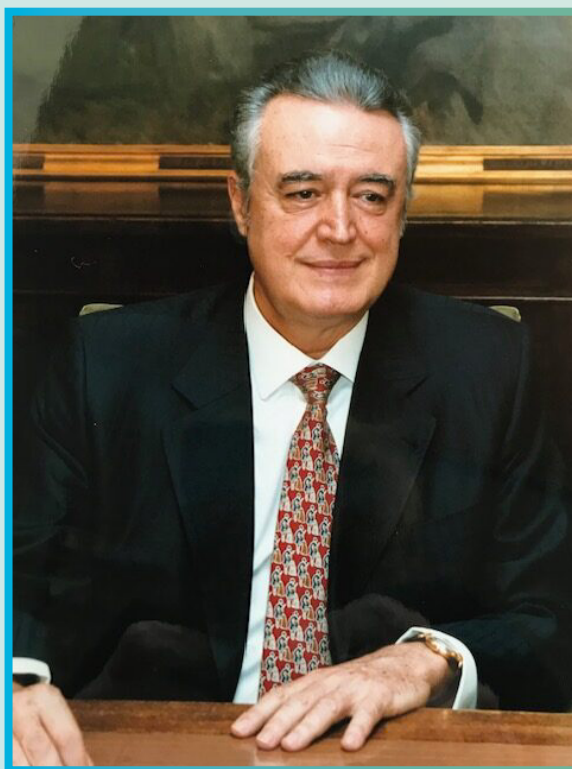
“É preciso apoiar a natalidade, não podemos esquecer essa dimensão, o que passa por apoiar as famílias”



prosseguir os seus estudos. Todas estas iniciativas parecem-me importantes, porque só assim é que as famílias sentirão confiança para poder ter mais filhos. Em última análise, esse é o desejo de todos nós.

QUE NÚMERO DESTACARIA PARA NOS FAZER PENSAR SOBRE ESTE TEMA?

Vou usar o número que referi há pouco. A projecção de que em 2050 Portugal pode vir a ter 7,5 a 8 milhões de pessoas, portanto poder perder 20% da sua população deve fazer-nos pensar. É verdade que esta tendência se inverteu nos últimos dois ou três anos, e isso é positivo, mas não é suficiente, a nossa projecção não se alterou e continuamos a pensar que a este ritmo podemos vir a encolher cerca de 20% da nossa população nos próximos 30 anos. É um número que nos deve fazer pensar porque um país a encolher, um país a envelhecer, é um país que não tem futuro.



Homenagem a Luiz Chaves Costa

Presidente da Direcção da APIFARMA entre 1986 e 1989, deu intensa visibilidade ao sector.

A APIFARMA presta a sua homenagem a Luiz Chaves Costa, Presidente da Direcção da APIFARMA, de 1986 a 1989, e Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, de 1990 a 2006, que faleceu no passado dia 18 de Setembro.

A sua ligação institucional à APIFARMA tem início em 1972, quando o Grupo Tecnifar – Indústria Técnica Farmacêutica S.A., que liderava, se constituiu como associado. Luiz Chaves Costa desde logo revelou profunda consciência da importância do associativismo empresarial, dando o seu contributo, partilhando experiência e saber.

Na presidência da Direcção enfrentou os desafios das grandes transformações sectoriais inerentes à preparação para a adesão de Portugal à CEE e, neste contexto, promoveu a realização de seminários subordinados ao tema.

Deu intensa visibilidade ao sector, intervindo junto dos órgãos de Comunicação Social com a realização da primeira Campanha de Sensibilização para a função social da Indústria Farmacêutica.

Durante a sua liderança, pela primeira vez, a APIFARMA integrou a Direcção da EFPIA e IFPMA, com grandes benefícios para a associação, que viu ampliado o seu espaço de intervenção, tanto no plano nacional como internacional.

Teve igualmente a visão de preparar a estrutura de serviços da APIFARMA para as novas exigências sectoriais, procedendo a uma reestruturação profunda do capital humano através da criação de novas áreas de competências de prestação de serviços às associadas.

Foi também no seu mandato que se realizou a agregação de outras áreas da Indústria Farmacêutica na APIFARMA, com a integração da então designada Venda Livre e Meios de Diagnóstico, permitindo que a defesa dos interesses das empresas se fizesse a uma só voz.

Em traços, muito resumidos, evocámos a importância da passagem de Luiz Chaves Costa pela nossa associação, ficando a sua memória gravada de forma indelével na história da APIFARMA.

SAVE THE DATE

*A inovar
por mais
e melhor
saúde* **apifarma**
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

APIFARMA CONGRESSO

23 Outubro 2024

Capitólio | Parque Mayer - Lisboa

Congresso APIFARMA 2024

Perspetivar e contribuir para a definição das melhores estratégias para lidar com os próximos desafios.

O Congresso APIFARMA 2024, organizado pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica é uma oportunidade única para discutir os desafios de Portugal na área da Indústria Farmacêutica e da Saúde.

No dia 23 de Outubro, no Capitólio, em Lisboa, serão dadas respostas a questões essenciais para o futuro próximo de Portugal:

1. Quais são as implicações do envelhecimento da população no país e no sistema de saúde?
2. Como se vai garantir o acesso à inovação terapêutica?

3. Que estratégias adoptar para garantir a sustentabilidade financeira e operacional do sistema de saúde?
4. Reforçar a produção farmacêutica em Portugal terá impacto no acesso a terapias inovadoras, progresso científico e económico?

Não deixe de se inscrever no Congresso APIFARMA 2024 e contribua para a definição de estratégias que ajudarão a preparar um futuro com mais saúde e qualidade de vida.

Inscrições [aqui](#).



Apresentação do estudo “Análise ao investimento do SNS com medicamentos”

Aumento das devoluções da Indústria Farmacêutica colocam em causa a inovação.

A APIFARMA apresentou no dia 25 de Setembro, o estudo “Análise do investimento do SNS com medicamentos 2018-2026 | Modelos de Financiamento para o Futuro”. Numa conferência realizada na Culturgest, António Donato, Vice-Presidente da APIFARMA apresentou as conclusões do estudo que revelam um aumento de 11% para 18% das devoluções da Indústria Farmacêutica ao Estado entre 2018 e 2022.

“O peso das devoluções das vendas realizadas pela Indústria Farmacêutica pode chegar, em 2026, aos 30% do mercado SNS hospitalar” afirmou, sendo que o valor reportado pelo Infarmed “não considera uma parte das devoluções da Indústria Farmacêutica”.

Este modelo, defende, carece de revisão urgente, pois é insustentável. “É totalmente impossível a Indústria Farmacêutica acomodar devoluções deste tipo” pelo que “é necessário mudar o modelo de financiamento de medicamentos” de forma a permitir o acesso dos doentes aos medicamentos inovadores, garantir a sustentabilidade do SNS e assegurar a viabilidade económica das empresas da Indústria Farmacêutica.

Numa conversa entre o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, e o Presidente do Infarmed, Rui

Santos Ivo, foi debatido o estudo e apresentadas ideias para o futuro. “Preocupa-nos sobremaneira o valor que os volumes estão a atingir”, reforçou Almeida Lopes, acrescentando que o montante crescente das devoluções “vai inviabilizar algumas operações e isso significa menos acesso à inovação para as pessoas”. Assegurou ainda a total disponibilidade da Indústria para encontrar soluções.

Por seu lado, o Presidente do Infarmed, mostrou-se “completamente disponível” para a realização de um “estudo sucedâneo” do apresentado na conferência, que considerou “muito relevante, mas tem de ser complementado”. Rui Santos Ivo defendeu ainda que o estudo a ser desenvolvido teria de considerar três variáveis: “Investimento na inovação; investigação & desenvolvimento e ensaios clínicos; e o investimento em capacitação industrial”.

A iniciativa, promovida pela APIFARMA no âmbito das comemorações do seu 85.º aniversário, contou ainda com um painel de debate em que participaram António Donato, Ana Sampaio, Presidente da Associação Portuguesa de Doença Inflamatória do Intestino (APDI), Eduardo Costa, Presidente da Associação Portuguesa da Economia da Saúde, e Hugo Pedrosa, Director da IQVIA.

Ana Sampaio considerou “ideal as empresas serem ressarcidas em função do que é a qualidade do medicamento” adiantando que esta eficácia “tem de ser avaliada pelo doente”. Já Eduardo Costa afirmou que o “modelo de financiamento tem desafios e algumas vertentes podem estar ultrapassadas”, acrescentando que os “critérios de disponibilização da inovação devem, desejavelmente, ser baseados em evidência”.

Hugo Pedrosa destacou a importância do estudo, executado pela IQVIA, considerando-o

“verdadeiramente pioneiro” com a vantagem de trazer “luz a áreas muito opacas”.

O Vice-Presidente da APIFARMA, António Donato, frisou a ideia de que é “crucial financiar medicamentos em função dos resultados em contexto de vida real”, mensagem que reforçou ao longo da conferência.

Veja o registo fotográfico [aqui](#).





Luta contra o cancro

Necessário maior investimento nos testes de diagnóstico *in vitro* (DIV)

Os testes de diagnóstico *in vitro* são um investimento inteligente e contribuem para mais e melhor vida para as pessoas.

O maior investimento em testes de diagnóstico *in vitro* (DIV) beneficia o sistema nacional de saúde e as pessoas, contribuindo para mais e melhor vida. Esta foi uma das principais conclusões da Conferência “O papel dos testes de diagnóstico *in vitro* na luta contra o cancro”, que teve lugar no dia 18 de Setembro, no Centro Cultural de Belém.

A conferência integrou as comemorações dos 85 anos da APIFARMA e contou com a participação de vários especialistas que debateram a importância dos DIV na predição, no rastreio e no diagnóstico precoce da doença oncológica.

O Coordenador do Grupo de Trabalho dos Diagnósticos *in vitro* da APIFARMA, Pedro Pereira, evidenciou o importante papel da medicina laboratorial na obtenção de informação fundamental na tomada de decisões clínicas nas diferentes etapas da vida, reforçando que este é um “investimento inteligente”.

Ainda na Sessão de Abertura, André Peralta Santos, subdirector-geral da saúde, abordou a Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2023, que assenta

em quatro pilares – prevenção; detecção precoce; diagnóstico e tratamento; sobreviventes – e que está alinhada com o Europe Beating Cancer Plan.

O Plano Europeu de Luta Contra o Cancro foi o tema central do *keynote speaker* da conferência.

Francesco Florindi, Presidente do Grupo de Trabalho Sobre o Cancro na MedTech Europa, apontou como prioritário o investimento nas tecnologias médicas e defendeu a sua integração nas estratégias de luta contra o cancro. É um investimento fundamental na prevenção e no diagnóstico precoce, como salientou Tamara Milagre, Presidente da Associação de Doentes EVITA, que nos trouxe a história de Mariana Coutinho, uma doente oncológica que aos 22 anos teve o diagnóstico do primeiro cancro primário, através dos DIV.

O painel de debate contou com participação de António Araújo (Director do Serviço de Oncologia Médica do Centro Hospitalar do Porto), Carla Bartosch (Direcção da Sociedade Portuguesa de Anatomia Patológica), Cláudia Vieira (Oncologista do IPO Porto) e Tamara Milagre, que debateram o papel

dos DIV na luta contra o cancro e apontaram alguns desafios a ultrapassar, tais como a falta de autonomia das instituições, a falta do poder de decisão dos especialistas em anatomia patológica, a necessidade de uma maior participação dos cidadãos e a sua capacitação.

Ao encerrar a conferência, o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, defendeu um maior

investimento nos DIV, de modo a garantir a sustentabilidade do sistema nacional de saúde, bem como mais e melhor vida para as pessoas. Os problemas burocráticos que o sistema de saúde em Portugal enfrenta são um dos principais entraves para as pessoas, frisou João Almeida Lopes.

Veja o registo fotográfico [aqui](#).





BOLSA UNIVERSITÁRIA DE MÉRITO

apifarma

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

U CRUP

CONSELHO
REITORAL DAS
UNIVERSIDADES
PORTUGUEAS

Com o Alto Patrocínio
de Sua Excelência

Under the High Patronage of the
President of the Portuguese Republic



O Presidente da República

Candidaturas à Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA encerram com grande participação

Bolsa será entregue aos alunos seleccionados no jantar que assinala os 85 anos da APIFARMA.

O prazo para a apresentação de candidaturas à Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA, terminado no dia 31 de Agosto, contou com uma elevada participação de candidatos.

Esta é a segunda edição da Bolsa Universitária de Mérito, destinada aos alunos que concluíram o ensino secundário no ano lectivo de 2023/2024, e que será entregue aos alunos seleccionados em Novembro, durante o jantar que assinala os 85 anos da APIFARMA.

A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA resulta de uma parceria entre a APIFARMA e o Conselho de

Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e tem como objectivo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior a alunos com mérito académico e em situação de vulnerabilidade económica, com uma nota de candidatura superior a 17 valores.

Esta bolsa consiste numa prestação pecuniária de valor fixo, no montante de seis mil euros, destinada a apoiar o percurso académico do estudante, desde a entrada numa instituição pública de ensino superior universitário, em qualquer área de estudo, até à conclusão do curso.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO SAZONAL

OUTONO-INVERNO 2024-2025



Campanha de vacinação sazonal contra a gripe e COVID-19

A Indústria Farmacêutica volta este ano a assegurar a disponibilização contínua de vacinas seguras e inovadoras.

A campanha de vacinação sazonal contra a gripe e COVID-19 2024/2025 iniciou-se no dia 20 de Setembro, contando com a participação de todos os parceiros relevantes na área da saúde.

Promovida pela Direcção-Geral da Saúde (DGS), a campanha visa assegurar a imunização de grupos prioritários, em especial idosos, profissionais de saúde e pessoas com comorbilidades. A introdução da vacina de alta dose contra a gripe, destinada a pessoas com 85 e mais anos, reforça a protecção deste conjunto populacional mais vulnerável e a capacidade de resposta do país perante as ameaças sazonais.

A Indústria Farmacêutica, enquanto parceiro estratégico da DGS, volta a assegurar a disponibilização contínua de vacinas seguras e inovadoras, após um processo de aquisição atempado das doses necessárias para a presente campanha, em estreita colaboração com a SPMS e a DGS, e contando com os restantes parceiros do sector (distribuidores grossistas e farmácias).

Este esforço conjunto sublinha o compromisso em garantir uma elevada cobertura vacinal, essencial para mitigar o impacto destas infecções e reduzir a pressão sobre os serviços de saúde no próximo Inverno.

DGS distingue contributo da Indústria Farmacêutica na infecção VIH

Apesar dos sucessos terapêuticos alcançados, Indústria continua comprometida com a investigação na área do VIH.

Para assinalar os 40 anos da Infecção por VIH em Portugal, a Direcção-Geral da Saúde (DGS), através do Programa Nacional para as Infecções Sexualmente Transmissíveis e Infecção pelo VIH, fez um agradecimento público ao trabalho desenvolvido na luta contra a infecção VIH de 40 entidades/personalidades.

Nesta cerimónia de homenagem, que decorreu dia 10 de Setembro, em Lisboa, a APIFARMA foi distinguida pelo contributo da Indústria Farmacêutica.

Se nos anos 80 estar infectado com VIH era uma sentença de morte, hoje a esperança de vida de uma pessoa com VIH é muito semelhante à de um cidadão sem esta infecção. Graças à investigação desenvolvida ao longo de quatro décadas, surgiram tratamentos e medicamentos que transformaram a infecção VIH numa doença crónica controlada. E, apesar de já existirem tratamentos de longa duração, que evitam a toma diária de medicamentos, a Indústria Farmacêutica continua comprometida em continuar a investigar para mais e melhor saúde das pessoas que vivem com VIH.



Estágios de Verão na APIFARMA 2024

Iniciativa pretende proporcionar aos alunos um primeiro contacto com o contexto profissional.

A APIFARMA acolheu, durante os meses de Julho e Agosto, seis estagiários provenientes do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF). Esta iniciativa insere-se no âmbito do programa de estágios de Verão, que decorre em colaboração com a Associação dos Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AEFFUL), Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) e Instituto Universitário Egas Moniz (IUEM).

Este programa tem como objectivo proporcionar aos estudantes de Ciências Farmacêuticas um primeiro contacto com o contexto profissional, promovendo uma maior integração entre a Academia e as empresas. Para além disso, visa reforçar a compreensão da ética e da deontologia associadas à profissão farmacêutica, bem como

explorar as diversas valências e saídas profissionais disponíveis na Indústria Farmacêutica.

Ao longo de duas semanas, os estagiários tiveram a oportunidade de aprofundar o seu conhecimento sobre as diferentes áreas de intervenção no ciclo de vida do medicamento, adquirir competências técnicas e científicas tanto a nível nacional como europeu, e estudar com maior detalhe um tema relevante para o sector farmacêutico.

Com esta iniciativa, a APIFARMA reforça anualmente a ligação entre o mundo académico e a Indústria, assegurando que jovens promissores possam, desde cedo, enriquecer a sua formação com uma experiência profissionalizante em sectores com os quais têm, tradicionalmente, menos contacto durante o percurso académico.





abem:
Rede Substâncias do Medicamento

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência
O Presidente da República

FAÇA A SUA INSCRIÇÃO

22 DE OUTUBRO DE 2024
CONVITE
CONFERÊNCIA *abem:*
Saúde & Sustentabilidade

Auditório da Associação Nacional das Farmácias, Lisboa

Portugal INOVAÇÃO SOCIAL
NORTE 2030 Programa Regional do Norte
CENTRO 2030 Programa Regional do Centro
Lisboa 2030 Programa Regional de Lisboa
ALGARVE 2030 Programa Regional do Algarve
ALENTEJO 2030 Programa Regional do Alentejo
PORTUGAL 2030
Cofinanciado pela União Europeia

Conferência abem: realiza-se a 22 de Outubro

A relação entre a saúde e sustentabilidade será o tema em destaque.

A Conferência abem: Saúde & Sustentabilidade acontecerá no dia 22 de Outubro, às 10h00, no Auditório da Associação Nacional das Farmácias, em Lisboa. A Conferência será também transmitida online.

O evento promoverá um debate sobre o tema "Saúde e Sustentabilidade", proporcionando uma oportunidade de reflexão sobre essa relação e o futuro que queremos construir.

Luís Campos, Presidente do Conselho Português para a Saúde e Ambiente, será o *keynote speaker* da conferência e abordará o tema central "Saúde & Sustentabilidade".

Contaremos ainda com uma Mesa Redonda, moderada por Fernanda Freitas e com a presença de diversos intervenientes do sector.

Este evento é gratuito e com inscrição obrigatória. Pode fazer a sua inscrição clicando [aqui](#).

Anos 90: uma década de transformação

Mudanças no enquadramento legislativo e na organização da APIFARMA.

A década de 1990 marcou um ponto de viragem no sector farmacêutico, estabelecendo as bases para a actual organização e regulamentação da Indústria Farmacêutica. Um dos principais impulsos para essa mudança foi a adesão à Comunidade Económica Europeia e a consequente transposição das directivas europeias.

Logo em 1990 foi publicada a Lei de Bases da Saúde. No ano seguinte, o Ministério da Saúde aprovou o primeiro Estatuto do Medicamento, reunindo legislação dispersa e iniciando “uma nova era no sector farmacêutico, designadamente no domínio da introdução no mercado, controlo de qualidade e fabrico de medicamentos de uso humano”, como se lê no preâmbulo do documento.

Em 1992, foi criado o Sistema Nacional de Farmacovigilância, seguido pela criação do Infarmed – Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, logo no início de 1993. Fruto da fusão da Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos e do Centro de Estudos do Medicamento, ao Infarmed passou a caber a responsabilidade “pela orientação, avaliação e inspecção da actividade farmacêutica” no país. A década viu também surgir a Agência Europeia de Avaliação de Medicamentos, em 1995, que posteriormente adoptou o nome de Agência Europeia de Medicamentos.

Outro marco significativo deste período foi o agudizar das dívidas dos hospitais aos laboratórios farmacêuticos. Para evitar uma crise institucional, a APIFARMA e o Ministério da Saúde assinaram um protocolo em 1993, que levou à criação de uma Comissão Paritária composta por representantes da APIFARMA, da Direcção-Geral da Concorrência e Preços, do Instituto de Gestão Informática e Financeira do Ministério da Saúde e do Infarmed. Um segundo protocolo, assinado em 1997, com a inclusão do Ministério da Economia, resultou numa nova Comissão Paritária, que abordou questões cruciais, como preços, participações, autorizações de introdução no mercado ou a inovação.

Os anos 90 foram também uma década em que a APIFARMA cresceu e se desenvolveu significativamente, tendo alcançado 130 associados em 1999. Na sequência dos protocolos assinados com o Governo, houve também a necessidade de a



Associação criar seis Grupos de Trabalho, constituídos por representantes das associadas, para acompanhar o trabalho desenvolvido:

- Autorização de Introdução no Mercado;
- Participações;
- Mercado Ambulatório;
- Dívidas Hospitalares;
- Preços;
- Promoção/Publicidade.

Ainda nos anos 90, foi possível dar início a uma parceria inovadora entre a APIFARMA e associações de doentes, além de um protocolo de cooperação com a Ordem dos Médicos, com o objectivo de garantir o cumprimento dos códigos deontológicos pelos membros de ambas as instituições.

Finalmente, esta década de mudanças foi coroada pela criação da Valormed em 1999, resultado da colaboração entre a APIFARMA, a Associação Nacional de Farmácias, a Federação das Cooperativas de Distribuição Farmacêutica e a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos. Foi assim iniciada, de forma pioneira, uma gestão de resíduos que abrange todo o ciclo de vida do medicamento.

abem:

Rede Solidária
do Medicamento

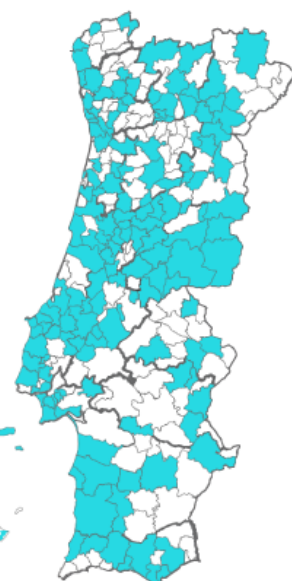
Crescimento contínuo do programa abem:

Mais medicamentos dispensados e maior cobertura de farmácias e entidades referenciadoras.

O número de embalagens de medicamentos dispensadas pelo programa abem: cresceu de 2.854.330, em Julho, para 2.885.836 em Agosto. Durante estes meses de Verão aumentou também o número de beneficiários do programa, que somava 38.150 pessoas no final de Agosto.

Neste período, o número de farmácias participantes também registou uma subida, fixando-se agora nas 1.191 farmácias, tal como nas entidades referenciadoras, que são actualmente 192.

Esses dados mostram o crescimento contínuo do programa promovido pela Associação Dignidade, de que a APIFARMA é membro fundador, tanto em termos de cobertura territorial quanto de impacto na dispensa de medicamentos.

**38.150**
BENEFICIÁRIOS
ENVOLVIDOS**21.573**
FAMÍLIAS
ABRANGIDAS**1.191**
FARMÁCIAS
ABEM**2.885.836**
MEDICAMENTOS
DISPENSADOS AO ABRIGO
DO PROGRAMA ABEM**169** CONCELHOS**192** ENTIDADES
REFERENCIADORAS

Legislação

SETEMBRO 2024

Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno de 2024-2025

A Portaria n.º 201/2024/1, de 4 de Setembro, estabelece o modelo de funcionamento da Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno de 2024-2025 contra a gripe e contra a COVID-19 em farmácias de oficina.

A Portaria n.º 206/2024/1, de 12 de Setembro, define os termos e as condições da prestação de serviços de intervenção em saúde pública por parte das farmácias de oficina na Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2024-2025, bem como a respectiva remuneração.

Comparticipação de medicamentos para antigos combatentes

O Decreto-Lei n.º 61/2024, de 30 de setembro, atribui benefícios adicionais de saúde aos antigos combatentes (comparticipação de medicamentos).

Criação de comissões técnicas

O Despacho n.º 10557/2024, 2.ª série, de 6 de Setembro, cria a Unidade de Gestão do Medicamento e outras Tecnologias de Saúde.

O Despacho n.º 10677/2024, 2.º série, de 11 de Setembro, cria uma comissão técnica independente (CTI) com o objectivo de estudar as unidades locais de saúde de cariz universitário (ULSU) e a sua relação com o ensino médico, a formação e a investigação e determina a sua composição.

Extinção das Administrações Regionais de Saúde, I. P.

O Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de Setembro, extingue as Administrações Regionais de Saúde, I. P..

Regime Jurídico das farmácias de oficina

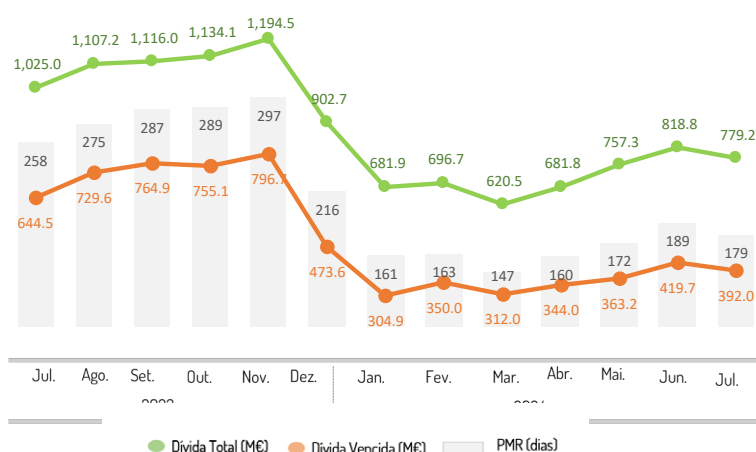
O Decreto-Lei n.º 58/2024, de 25 de Setembro de 2024, altera o regime jurídico das farmácias de oficina.

PHARMA em Números



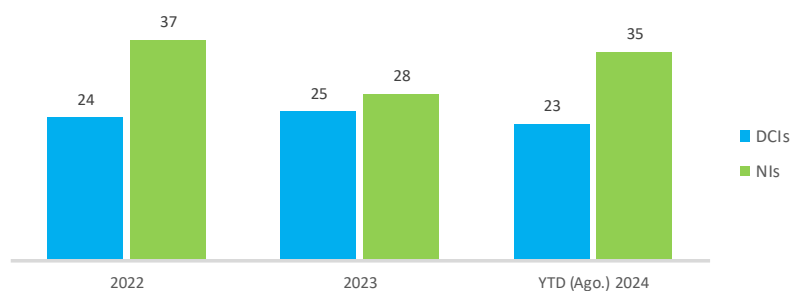
ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD SETEMBRO 2024

Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



| Portal da Transparência do SNS

Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES



| Portal da Transparência do SNS

■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
■ DCIs (novas moléculas)

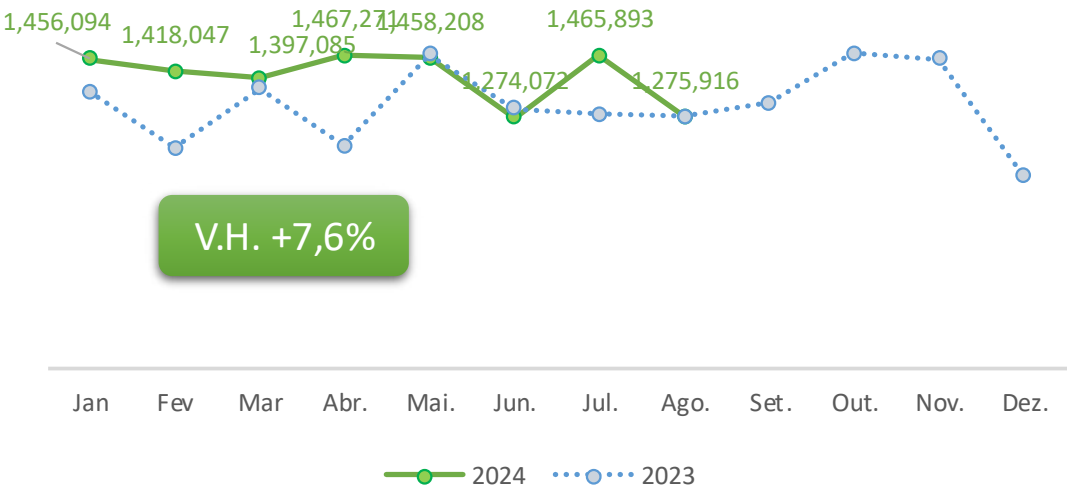
ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º de Consultas nos Hospitais



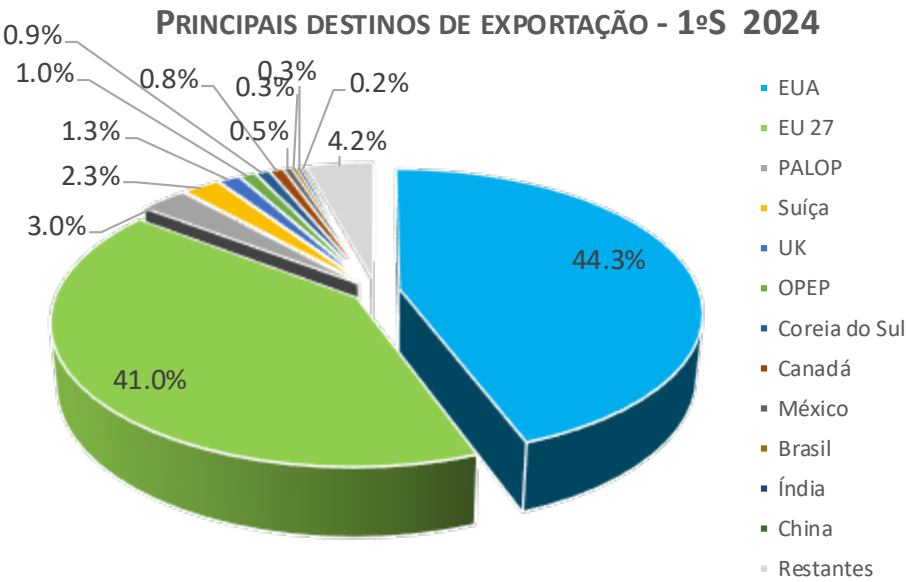
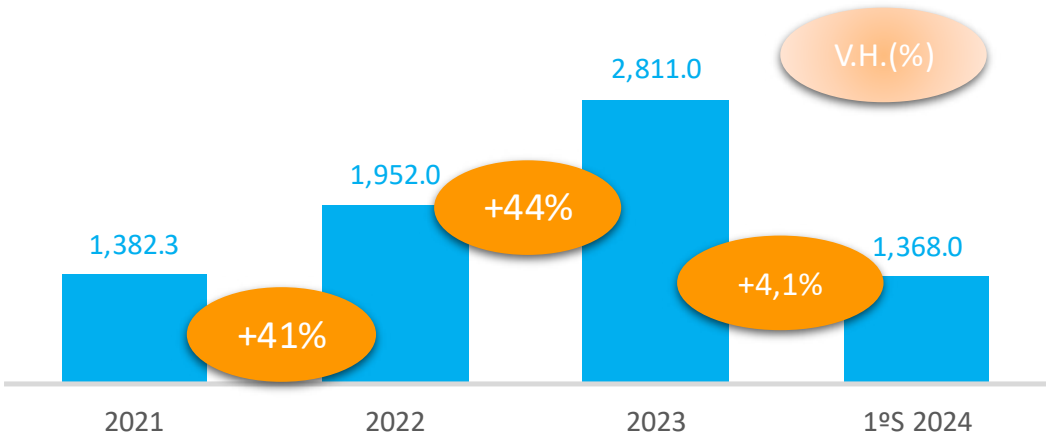
| Portal da Transparência do SNS

Nº de Consultas de Enfermagem presenciais nos CSP



| Portal da Transparência do SNS

EXPORTAÇÕES FARMACÊUTICAS

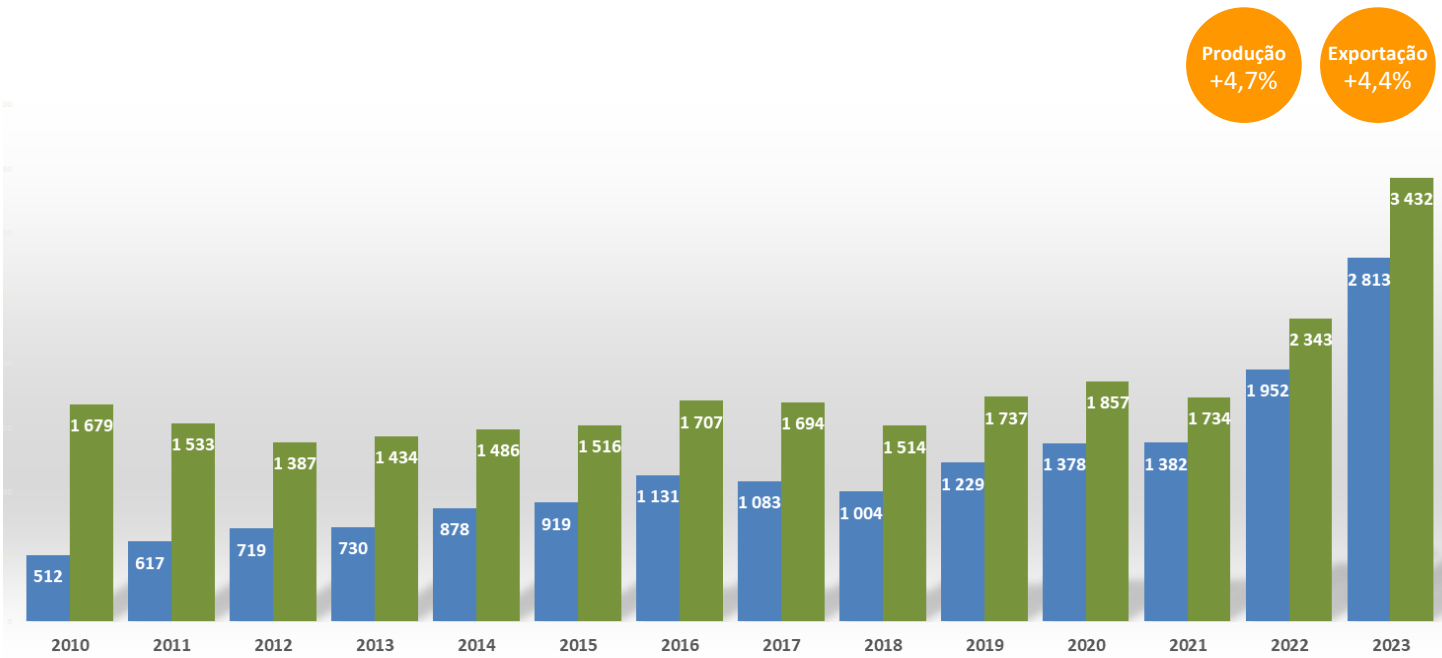


Fonte: APIFARMA e INFARMED
DCIs – novas moléculas
NI – novas indicações de medicamentos inovadores

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

3,4 mil milhões euros em 2023

Produção farmacêutica em Portugal já representa **1,3% do PIB em 2023**, duplicando o seu valor nos últimos dois anos (de 1,7M€ em 2021 para 3,4M€ em 2023)



Exportações Indústria Farmacêutica

Produção Indústria Farmacêutica

Fonte: INFARMED | Dados INE

e.pharma
Newsletter Setembro 2024

